

**PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.125 - MG (2019/0161973-4)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR : ADILSON DE OLIVEIRA NASCIMENTO - MG057516**  
**REQUERIDO : WILLIAN LOURENCO VENANCIO**

**DECISÃO**

Trata-se de medida cautelar, com pedido liminar, ajuizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, a fim de conferir efeito suspensivo a recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, "a", já admitido na origem (fls. 134-154 e fls. 155-158, respectivamente).

Consta dos autos que o requerido foi submetido ao Tribunal do Júri e sentenciado pela prática de tentativas de homicídio à pena de 10 (dez) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado. Posteriormente, o eg. Tribunal de origem deu provimento ao recurso de apelação interposto pela Defesa para anular a decisão da Corte popular ao fundamento de que *"a decisão dos jurados teria sido contraditória, porquanto excluiu a qualificadora em relação a tão somente uma das vítimas"* (fl. 5).

Em novo julgamento, o Tribunal do Júri novamente sentenciou o acusado, condenando-o à pena de 12 (doze) anos de reclusão, e, mais uma vez, o julgamento foi anulado em sede de recurso de apelação defensivo ao argumento de que *"o Promotor de Justiça teria feito menção a decisão condenatória anterior que fora anulada pelo TJMG"* (fl. 6).

Interposto recurso especial pelo **Parquet** estadual, este foi admitido pela eg. Corte local (fls. 155-158).

No presente feito, sustenta o requerente que *"é forte a possibilidade de êxito do especial aviado, uma vez que as teses nele defendidas estão em total consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"* (fl. 9).

Aduz que *"o fato de o Órgão Ministerial que atuou na referida sessão do Tribunal do Júri ter feito menção à quesitação efetivada no*

*juízo anterior – que foi anulado – 'configurou, efetivamente, argumento de autoridade suficiente e capaz de quebrar a imparcialidade da convicção dos jurados' (fl. 626), o que configura inquestionável equívoco" (fl. 9).*

*Alega que "a simples menção, aos jurados, das razões que levaram à realização de novo julgamento pelo Plenário do Júri – em razão de contradição reconhecida nas respostas dadas à quesitação anterior, com o óbvio intuito de evitá-la no julgamento então em curso – não tem o condão de anular o decreto condenatório do recorrido" (fl. 10).*

Requer, dessa feita, inclusive liminarmente, seja concedido efeito suspensivo ativo ao recurso especial interposto na origem.

**É o relatório.**

**Decido.**

Consoante a jurisprudência desta Corte, apenas em situações excepcionais, nas quais verificada teratologia ou flagrante ilegalidade, e desde que presentes concomitantemente os requisitos do **fumus boni juris** e **periculum in mora**, é que seria possível a concessão de efeito suspensivo a recurso especial, via medida cautelar. No entanto, tenho que a análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de tais requisitos, não restando configurada, de plano, situação apta a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ademais, a análise do pleito demanda incursão no mérito da **quaestio** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

**Indefiro**, pois, a liminar.

Cite-se o requerido para, se o caso, apresentar resposta, no prazo legal.

Após, abra-se vista à douta Procuradoria-Geral da República.

P. I.

Brasília, 11 de junho de 2019.

**Ministro Felix Fischer**

Ministro

